

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Comenta os números divulgados que confirmam SC na liderança nacional de transplantes de órgãos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Fala da inauguração da fábrica *Gran Maestri*, produtora dos queijos tipo *grana padano*, em Guaraciaba.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Relata sua participação em eventos voltados ao setor da saúde.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Volnei Morastoni por sua representação da Unale nos eventos da saúde.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Elogia a atuação do deputado Joares Ponticelli à frente da Unale.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Narra a inauguração do teatro de São Lourenço do Oeste.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença nesta Casa da direção da Feapesc.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta os índices do Enem; elogia a iniciativa da RBS em colocar o tema da educação em questão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Parabeniza o governador pelo programa Pacto por Santa Catarina; aborda a realização de audiência pública em Morro da Fumaça.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Informou o encaminhamento de documento ao TCE requerendo que seja vedada a atuação do procurador Márcio Rosa como procurador-geral; rebate artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Destaca a assinatura dos editais de licitação de recuperação e melhoria de 1,3 mil km de rodovias.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à participação no Congresso de Prevenção 2012 e Fórum Comunitário Latinoamericano e do Caribe de Prevenção a Aids, hepatites e DSTs.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pronuncia-se acerca do esquema de internações falsas praticados por unidades hospitalares particulares contra o SUS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

"Há poucos dias tomei conhecimento de que o registro brasileiro de transplantes publicado pela Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos - ABTO - confirma que Santa Catarina está na liderança nacional do ranking dos estados no número de doadores de órgãos por milhão de pessoas da população.

Nosso estado alcançou o índice de 26,9 doadores por milhão, número que é maior do que o alcançado em 2011, quando Santa Catarina tinha 25,2 doadores por milhão de pessoas.

Para quem não conhece estatística sobre transplantes, pode acreditar que esse é um número bastante significativo, superior ao alcançado em muitos países mais desenvolvidos que o Brasil e ainda mais significativo quando comparado aos demais estados brasileiros.

São dados que refletem o êxito de um trabalho conjunto, em especial da SC Transplantes, que envolve também agentes de saúde, hospitais, a própria Secretaria de estado da Saúde, o pessoal do Samu, os agentes de segurança pública e os catarinenses em geral, pois é a nossa população, em última instância, que cada vez mais assimila a importância dos transplantes para salvar vidas e para melhorar a condição de vida das pessoas que precisam da doação de órgãos.

São os catarinenses que entendem que ser doador de órgãos é uma posição de vida em favor do próximo, que isso representa ser mais solidário. São as famílias de vítimas de acidentes que têm

morte encefálica e que têm a coragem de superar momentos de dor e se posicionar em favor da doação de órgãos. São servidores da área da saúde, desde psicólogos, enfermeiros, até médicos, que conseguem sensibilizar para o ato de doação que favorecerá outras pessoas tão necessitadas.

Vejam que em Santa Catarina, somente no último mês de junho, chegamos a 35 notificações de morte encefálica e a 14 doações efetivadas de órgãos daqueles potenciais doadores, sendo que dos 21 não doadores, em 12 casos houve resistência de familiares à doação de órgãos, em quatro casos contra-indicações clínicas e em outras cinco situações os motivos foram outros, com um índice de aproveitamento de 33% das notificações que resultaram em órgãos transplantados.

Esses índices foram mais significativos em março e maio, quando das notificações de morte encefálica, embora em menor número, 48% dos casos resultaram em transplantes de órgãos bem sucedidos.

Como já disse, a taxa de sucesso em transplantes depende de uma combinação favorável entre a disponibilidade de doadores e a concordância de doação de órgãos e a sinalização de morte cerebral ou notificação de paradas cardiorrespiratórias, somadas à agilidade das equipes de captação de órgãos e das equipes responsáveis pelos procedimentos cirúrgicos.

Note-se que, no final de julho, entre pessoas que aguardam por transplantes de coração, fígado, rim, pâncreas, ossos, medula óssea e córnea, estavam listados em Santa Catarina 1.399 pacientes à espera de doação de órgãos. Mais da metade, ou seja, 764 eram pacientes, aguardam córneas, 410 esperam por doação de rins, 100 pacientes esperam por doação de fígados e 48 por medula óssea.

Quando falamos de equipes de transplantes, temos em Santa Catarina centros de referência como o Hospital Santa Isabel, de Blumenau, para casos de transplantes de fígado e rim; o Hospital São José, de Joinville, para casos de transplantes de rim; o Hospital de Caridade, aqui em Florianópolis, para transplantes ósseos; o

Hospital Regional de Chapecó; o Hospital Governador Celso Ramos, conhecido popularmente como Hospital dos Servidores, em Florianópolis; o Hospital Universitário da UFSC, que faz transplantes de fígado, e o Cepon, que atua em transplantes de medula.

Ainda quando falamos em transplantes, temos centros de referência em transplante de córnea e esclera, como o Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, de Joinville; o Celso Ramos, de Florianópolis; o Hospital São José, de Joinville; o Centro Integrado de Oftalmologia de Florianópolis, bem como o Hospital Marieta Konder Bornhausen de Itajaí, para citar apenas os principais.

Vejam então que Santa Catarina tem uma bagagem considerável na questão de transplantes, que envolve muitas pessoas. Desde abnegados que atuam nas instituições de saúde, até familiares de vítimas, que em meio à dor da perda de um ente querido pensam no bem do próximo.

Mas há mais! Há uma cultura disseminada por todo o nosso estado acerca da necessidade de as pessoas incorporarem a questão da doação como uma política pública para o bem, para avançar na saúde, pois assim como nos colocamos na condição de potenciais doadores, poderemos noutra oportunidade ser candidatos à doação.

Por isso, colegas deste Parlamento, é muito importante falarmos sobre os transplantes, sobre os expressivos índices que temos em Santa Catarina no quesito doadores, na experiência que acumulamos em nossos hospitais e clínicas, na boa organização que do sistema de transplantes. E. é claro, por trás de tudo isso está o trabalho competente da secretaria da Saúde, do dr. Dalmo Claro de Oliveira e a vontade dos catarinenses de se doarem ao próximo.

Está de parabéns Santa Catarina, estão de parabéns os catarinenses!"

Nós, catarinenses, somos solidários e um exemplo é o povo do planalto norte, de Canoinhas e região, que tem o maior doador de sangue do mundo, o sr. Orestes Golanovski, e também uma entidade

que realiza um excelente trabalho na área, a Adosarec.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Estamos retornando depois de um período de licença com uma grande alegria por voltar a esta Casa. Saúdo todos os deputados e a população do estado de Santa Catarina.

Tivemos, nesse período, um fato muito importante no extremo oeste catarinense, ou seja, a inauguração da Gran Mestri, uma empresa de laticínios, de queijos, de propriedade do grande cidadão e empresário Acari Menestrina.

Estivemos na inauguração com boa parte dos empresários do estado, juntamente com o presidente da Fiesc, Glauco Corte, com Luciano Hang, da Havan, com Wandér Weege, da Malvee, e com muitos outros empresários. O deputado Serafim Venzon também esteve presente à inauguração daquela grande empresa do município de Guaraciaba, que é o maior produtor de leite do estado de Santa Catarina. Estavam presentes ainda os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, o governador Raimundo Colombo e outras autoridades diante da importância dessa nova empresa para a economia do estado e para o desenvolvimento da região.

Eu iria discorrer sobre essa indústria, sobre sua capacidade de produção, sobre a previsão de faturamento anual R\$ 150 milhões, sobre a capacidade de armazenamento de um milhão de quilos de queijo da mais alta qualidade, produzidos dentro da mais alta tecnologia. Mas tomo a liberdade de fazer a leitura de um artigo que foi

escrito pelo senador Luiz Henrique da Silveira a respeito desse projeto para o estado de Santa Catarina.

Assim se pronunciou o senador Luiz Henrique da Silveira:

(Passa a ler.)

"O visionário Menestrina e os queijos de qualidade.

Como um Bugsby, que enxergou a futura Las Vegas no deserto de Nevada, e Beto Carrero, que vislumbrou uma Disney brasileira num descampado do então pobre município de Penha, Acari Menestrina viu no extremo oeste catarinense o lugar ideal para a criação do gado leiteiro. Importou de Lages os primeiros animais e passou a disseminar a atividade naquela região, a 800km do litoral. Filho de família humilde do Rio dos Cedros, manteve-se fiel à natureza do povo vêneta, em sua longa história de migrações, que começou há uns 1.300 anos, quando estabeleceu no norte da Itália, vindo da região russa do Alto Volga em busca de terras mais quentes.

Os vênetos estão em todo lugar. Migraram para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, a América Latina. No século XIX, vieram para Santa Catarina, estabelecendo-se, sobretudo, nos vales do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. Acari fez a sua migração vêneta para o extremo oeste de Santa Catarina, com o diploma de técnico agrícola e a condição de extensionista da Acaresc (Ave, Glauco Olinger!).

Acari percebeu que a atividade produtora de gado de leite seria mais promissora do que a suinocultura e a avicultura, já que o alimento básico na bovinocultura é o pasto verde, que o produtor tem disponível em sua propriedade, enquanto que a criação de aves e suínos depende dos grãos colhidos predominantemente no Brasil central e em outras regiões distantes.

Não demorou para que deixasse o serviço público e abrisse o seu próprio negócio, de que resultaram as seis fábricas do laticínio Cedrense, que ele vendeu há dois anos para dedicar-se exclusivamente à fabricação de queijos de alto

valor agregado, como o *grana padano*, o *parmegiano regiano* e, agora, o *pecorino sardo*.

Incentivei-o e ele aceitou o desafio de disseminar a criação de ovelha de leite, com o qual são feitos queijos do mais alto valor comercial, como o português *Serra da Estrela*, o *Azeitão*, o francês *rocquefort* e o italiano *pecorino*.

Hoje, no extremo oeste, já há uma produção razoável de leite de ovelha, que tende a ser predominante porque é mais barato e muito mais nutritivo que o de vaca.

Acari acaba de inaugurar a nova fábrica de seus queijos/boutique: a Gran Mestri, que está instalada em Guaraciaba, com a melhor tecnologia mundial, oriunda da terra de seus ancestrais, o norte da Itália. Com os parceiros italianos, importou da Europa os melhores equipamentos e desenvolveu uma indústria de qualidade máxima, cujos queijos ressaltam o cuidado e o esmero de sua produção.

Quando eu era governador, servi o *grana padano* Gran Mestri ao ministro da Agricultura da Itália, Paulo Di Castro. Ele não acreditou que não fosse o queijo original produzido na sua pátria.

Este é o Acari Luiz Menestrina, inventando o futuro e fazendo, sempre, coisas de alta qualidade!"[sic]

O Acari chegou ao extremo oeste há aproximadamente 35 anos e como técnico agrícola da Acaresc teve a visão, na época em que todos teimavam em explorar a plantação de milho e de outros produtos, de levar o gado leiteiro para a região. Naquela ocasião, a produção da região era de 1.000 litros de leite diários. Hoje, chega a 3.000.000 litros. Então, houve uma transformação, os agricultores e os produtores acreditaram e isso é muito importante para a economia do estado de Santa Catarina.

Faço esse registro e essa homenagem ao grão-mestre Acari e a toda a sua família pela coragem, pelo desprendimento e pelo grande investimento que fez e que proporciona atendimento a milhares de famílias.

Estivemos há poucos dias no município de Paraíso e o *Laticínio Paraíso*, já com quase cem funcionários, tem como fornecedores de matéria-prima quase mil famílias. Por esses dados dá para se ter uma ideia do que a produção de gado leiteiro representa para a economia de nosso estado, especialmente para o extremo oeste. E esse produto que vem para a mesa de todos os catarinenses e de todos os brasileiros é um produto com qualidade para exportação. Mas o objetivo inicial da empresa é a venda no mercado nacional, produzindo, então, a mesma qualidade que encontramos no queijo importado.

Fica aqui o nosso registro, a nossa homenagem, os nossos parabéns ao grão-mestre que, inclusive, foi objeto dessa manifestação do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, do governado Raimundo Colombo e de tantas destacadas autoridades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um breve relato de cinco atividades de que participei nos últimos dias sempre em nome desta Casa e da comissão de Saúde, todas relacionadas com a saúde.

Em Belo Horizonte estive representando esta Casa, designado pelo presidente deputado Gelson Merisio e pelo presidente da Unale, deputado Joares Ponticelli, no Encontro Nacional dos Presidentes das Comissões de Saúde das Assembleias Legislativas do Brasil, para tratar sobre o andamento do movimento por mais verbas para a saúde, ou seja, o Movimento Saúde mais Dez, que pleiteia que a união aplique no mínimo 10% das suas receitas brutas correntes, 10% do seu Orçamento, 10% de toda a arrecadação de impostos do Brasil, em saúde.

Esse movimento nacional tem uma forte participação das Assembléias Legislativas do Brasil, além da OAB, da Associação Médica Brasileira, da CNBB e de mais de uma centena de instituições.

O encontro foi bom para medir como está a situação no plano nacional, embora tenha sido marcado um próximo encontro para o dia 29 de novembro, em Vitória, no Espírito Santo, para termos realmente um balanço nacional mais efetivo, uma vez que no início do ano que vem, em fevereiro ou março, quando o Congresso Nacional inicia suas atividades, vamos fazer um grande ato público em Brasília. Com certeza será um dos maiores atos públicos em defesa do SUS, em defesa do financiamento da saúde no Brasil.

Srs. deputados, todos sabemos que o SUS se ergue em cima de quatro pilares fundamentais: o gerenciamento, o financiamento, os recursos humanos e o controle social. Estamos falando de um dos pilares mais importantes, que é o financiamento. Como os municípios têm que aplicar no mínimo 15% dos impostos que arrecadam - e aplicam muito mais do que isso -, como os estados têm que aplicar no mínimo 12% dos impostos que arrecadam - e cada vez mais estamos exigindo que o estado realmente cumpra essa obrigação constitucional -, queremos que a união também aplique um valor fixo que possa ser visualizado e medido com mais facilidade, que são 10% do Orçamento nacional.

Estive também há uma semana participando, em Joinville, do Encontro dos Secretários Municipais de Saúde do nosso estado, onde fiz referência a essa reunião de Belo Horizonte, conclamando as secretarias municipais de Saúde, deputado Serafim Venzon, a engajarem-se efetivamente nessa maratona de coleta de assinaturas. São assinaturas qualificadas, de acordo com lei federal, que precisam ter o nome do cidadão, seu endereço e o número do título de eleitor.

Esta foi uma das orientações que recebemos em Belo Horizonte, ou seja, colher o maior número possível de assinaturas, inclusive durante o

período eleitoral, pois com tato e bom senso podemos aproveitar a mobilização da sociedade nessa época para alcançar as necessárias 50 mil assinaturas em Santa Catarina.

Então, esta Casa está engajada, estamos num fórum estadual, com a presença do Guga, que também apóia esse movimento.

Estive ainda em Porto Alegre participando de um encontro dos três estados do sul sobre as políticas integrativas e complementares na saúde, a partir da experiência que tive como prefeito de Itajaí de implantar na rede pública um centro de práticas integrativas e complementares.

Agora o ministério da Saúde colocou no seu plano estratégico até 2015 que cada vez mais os estados e municípios devem implementar essas práticas na rede pública do SUS, que é justamente a implantação da homeopatia, da acupuntura, das plantas medicinais, da massoterapia e do termalismo, que têm baixo custo e alta resolutividade, alto grau de satisfação para os usuários. Basta ver que estamos em época de eleições municipais e os programas dos candidatos encampam, nas propostas para a saúde, a implantação das práticas integrativas e complementares.

Estive, sr. presidente, em Brasília participando de uma reunião nacional conclamando, em primeira chamada, todos os estados e municípios, e depois, toda a sociedade civil, com o objetivo de fazer uma avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis: câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias. Trata-se do mesmo plano que o Brasil defendeu na ONU no ano passado, de cuja reunião tive a honra de participar compondo a comitiva do governo brasileiro, para combater essas doenças que o mundo inteiro enfrenta e que no Brasil representam 72% das mortes anuais e no mundo inteiro cerca de 60% a 72%, além dos problemas sociais e o forte peso econômico sobre as economias dos países. E agora, além do plano nacional para o enfrentamento dessas doenças, também pedimos os planos estaduais

e municipais para uma conjugação muito mais forte no combate ao câncer, ao diabetes, às doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, cuja raiz está na má alimentação, no excesso de sal, no açúcar, nas gorduras e no sedentarismo.

Estamos em época de eleições municipais e renovo aqui a necessidade de debater os problemas da cidade no que se refere às questões de propiciar à população a oportunidade de fazer frente ao sedentarismo, propondo políticas públicas, como praças, equipamentos esportivos e discutindo meios para executar obras, como, por exemplo, calçadas para que as pessoas possam caminhar e implantando academias.

Portanto, esses temas sobre políticas nacionais e estaduais estão fortemente ligados com as políticas públicas municipais e o momento é propício, pois estamos em época de eleições e os candidatos e partidos estão apresentando propostas para os municípios. Temos que analisar a cidade que temos e a cidade que queremos, inclusive para fazer frente às doenças crônicas não transmissíveis.

Por último, srs. deputados, participei, em Balneário Camboriú, na semana passada, de um encontro importante realizado pela secretaria estadual da Saúde onde se tratou das doenças crônicas não transmissíveis, o que, na verdade, está em sintonia com o ministério da Saúde.

Realmente, não há como fugir desse debate e das políticas públicas estaduais. Inclusive, a secretaria estadual da Saúde tem que começar a entrar em sintonia com essas importantes políticas públicas nacionais que o ministério da Saúde está comandando, trazendo-as para o nosso estado, para os nossos municípios.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Volnei Morastini, gostaria de cumprimentá-lo e agradecer, não apenas em nome do nosso Parlamento, mas também em nome da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, porque

v.exa. tem-se dedicado muito a essa causa, envolvendo os parlamentos de todo o Brasil. V.Exa. tem falado em nome da instituição e há uma expectativa muito grande no Brasil inteiro em torno desse grupo de trabalho. Esperamos iniciar 2013 com esse encaminhamento, que é o anseio de todos os estados da federação.

Parabéns pelo trabalho que v.exa. vem desempenhando!

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Gostaria de dizer que é com muita honra e alegria que desempenho essa função, essa responsabilidade que v.exa. me outorgou como presidente da Unale. Antes disso eu já era convidado para essas importantes reuniões como representante da Unale em vários Parlamentos do Brasil, a fim de levar esse importante debate relacionado à saúde. Quero continuar fazendo esse trabalho com todo o rigor e compromisso, porque v.exa. merece e tem cada vez mais se destacado como presidente da Unale.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero somente corroborar com as palavras do deputado que utilizou a tribuna agora e também deixar registrado o meu regozijo por ter conosco o deputado Joares Ponticelli, que é motivo, neste momento, de orgulho para todos nós pelo seu desempenho na presidência da Unale.

Eu sou fã de carteirinha desse rapaz pela forma como ele age defendendo esta Casa e agora os Legislativos de todo o país, e gostaria que ficasse registrada a minha admiração e respeito pelo colega.

Quero também aproveitar o ensejo para registrar o 14º Congresso das Apaes de Santa Catarina, que acontece em Joinville. Foi aberto na

noite de ontem e à tarde ocuparei a tribuna para tecer comentários mais alongados sobre esse evento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputadas, srs. deputados, imprensa e público que acompanham a nossa sessão, na verdade ocupo o espaço do PSDB para dar os cumprimentos à cidade de São Lourenço do Oeste, através do prefeito Tomé Francisco Etges, do vice-prefeito João Carlos Ecker e da Câmara de Vereadores.

No sábado à noite estive naquela cidade participando da inauguração do teatro, que é uma complementação do seu centro de eventos. Talvez muitos - e isso é até normal - façam a seguinte pergunta: "Mas São Lourenço do Oeste precisava de um equipamento dessa magnitude"? E eu diria: E por que não?!

Primeiramente, vejam a ousadia do prefeito Tomé ao apresentar a proposta de ser construído na cidade um centro de eventos, dentro do planejamento viabilizado no governo passado, sob a liderança do governador Luiz Henrique da Silveira, para o qual pudemos contribuir como secretário de Turismo, Cultura e Esporte instituindo a política de dotar o nosso estado de equipamentos, de centro de eventos para termos a possibilidade da realização de eventos, como congressos e feiras na área de turismo, e também para que na área de esporte e cultura as comunidades locais tivessem espaços dignos, sendo que nesses espaços ainda poderiam ser realizados grandes espetáculos nacionais e até internacionais.

O centro de eventos de São Lourenço do Oeste agora faz parte da estrutura de 15 centros de eventos que foram construídos e dos dez teatros

novos que também foram entregues em nosso estado, praticamente um novo teatro a cada ano.

Esse projeto arquitetônico, que foi idealizado por engenheiros e arquitetos da cidade, com certeza é um dos mais bonitos em termos de arquitetura e um dos mais bem estruturados em termos funcionais. Com isso a cidade se prepara para uma nova fase, e não somente a cidade, mas a região noroeste de Santa Catarina, que muitas vezes dependia do estado do Paraná para ter acesso à cultura e a grandes espetáculos. Agora ela será o centro das atenções daquela região, inclusive podendo ser inserida dentro do contexto de visitaçao do estado vizinho.

Mas quero cumprimentar especialmente o prefeito Tomé, e eu dizia no meu discurso, no sábado à noite, que os homens públicos se dividem sempre assim: os corajosos, os visionários e os que ficam na mesmice. Os corajosos e os visionários estão à frente do seu tempo, muitas vezes enfrentando barreiras e incompreensões, que foi o caso específico. Ele teve que convencer a sua equipe, a sua gente e uma série de pessoas que colocaram barreiras para a construção do centro de eventos. Mas, ao mesmo tempo, teve essa visão de futuro para que sua cidade possa desenvolver-se nesse aspecto.

Quero também dizer que o governo Raimundo Colombo, através do então secretário Cesar Souza e do seu substituto, deputado José Natal Pereira, liberou mais R\$ 4 milhões neste ano para complementação dos recursos necessários. Para se ter uma idéia, foram R\$ 16 milhões do governo do estado, mais R\$ 4 milhões de recursos próprios da prefeitura municipal, numa área de 11 mil metros quadrados construídos.

Isso mostra a grandeza que é esse centro de eventos. Mas isso não teria acontecido se não fosse essa visão estratégica do prefeito de aderir a esse momento e fazer com que se criasse esse clima, também com a parceria do governo do estado em dois momentos, com Luiz Henrique e Raimundo Colombo.

Mas eu quero dizer também que foram homenageadas duas pessoas importantes da cidade, Albano Menegatti, que recebeu, através da Câmara de Vereadores, a distinção de seu nome para o centro de eventos, e o professor Ardo Etges, pai do nosso prefeito, recentemente falecido, recebeu a homenagem do teatro assim denominado.

Mas o importante nesse contexto é homenagear pessoas da cidade que tiveram participação ativa no meio empresarial, social, educacional e político, pois ambos foram vereadores da cidade e tiveram esse reconhecimento. E lembro a alegria das duas famílias que se sentiram lisonjeadas. Quero cumprimentar a Câmara de Vereadores por esse gesto, porque muitas vezes na hora de se dar o nome a alguma obra da cidade buscam-se pessoas ou nomes que nada têm a ver com a história da cidade, o que não foi o caso.

O mais importante, mais uma vez, é cumprimentar o prefeito Tomé Etges, que termina o seu segundo mandato com inúmeras obras na área de infraestrutura, na área de saúde, de educação, e tudo o que foi feito na sua gestão será eternizado. Disse isto sábado à noite: o município de São Lourenço do Oeste escreve uma nova fase da sua história com a administração do prefeito Tomé Etges, história esta que será dividida entre o antes e o após a construção do centro de eventos.

Na oportunidade o prefeito foi ovacionado por mais de mil pessoas presentes à inauguração. Senti a alegria daquele povo que lá estava ao cumprimentar o prefeito e dar-lhe os parabéns por aquela obra.

Então, em nome da minha bancada, externo a alegria de ter Tomé Etges como correligionário. E como se trata de um jovem, com certeza ainda terá muito espaço na política de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero com muita honra registrar a presença nesta Casa de Iburici Fernandes, presidente da Feapesc - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina -, de Alcides Peretti, do município de Videira, primeiro-secretário da Feapesc, e de Agostinho Estilquete Schiochetti, presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Concórdia, que estão prestigiando o Parlamento na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - É uma honra recebê-los aqui. Sintam-se à vontade nesta Casa e contem conosco sempre.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje está em evidência nos últimos dias e é um debate que merece toda atenção não só da população catarinense, mas também do Brasil, especialmente as lideranças políticas, empresariais e os líderes de segmentos, deputado Darci de Matos.

Refiro-me, sr. presidente, à educação. Nós vimos, deputado Reno Caramori, que algumas escolas se destacaram na última avaliação nacional. Posso citar, por exemplo, uma escola de São Bento do Sul, a Escola Municipal Presidente Castelo Branco. Posso referir-me também ao Colégio Estadual São Bento, que foi notícia nacional através dos órgãos de imprensa e teve destaque pela qualidade da educação.

Hoje de manhã pudemos ver que um pequeno município lá do extremo oeste, São João do Oeste, é destaque na educação, entre outras escolas e municípios que se destacaram no cenário catarinense e até no cenário nacional. Isso é muito bom!

Mas tenho que louvar, srs. deputados, a iniciativa do Grupo RBS, que abriu um grande debate sobre esse tema. Enalteço a iniciativa

desse grande meio de comunicação de aprofundar o debate sobre a educação.

Tivemos alguns avanços a partir da década de 90, principalmente na questão do acesso à escola, pois muitas crianças brasileiras que não tinham acesso à educação formal passaram a tê-lo. É bem verdade que nessa questão avançamos, já que aumentou o número de vagas e a oportunidade de os menos favorecidos terem acesso ao ensino público. Mas no que diz respeito à qualidade, no contexto geral, a situação ainda é muito ruim.

O Brasil é uma economia que vem-se destacando cada vez mais e hoje já é a sexta economia do mundo. Entretanto, quando vamos avaliar a nossa educação, vemos que o nosso país está na octogésima posição no ranking mundial, o que é muito triste. E não é só uma questão de recursos, não! O dinheiro é importante, mas é preciso reavaliar a educação no conjunto e não apenas no repasse dos recursos, não apenas na questão da estrutura física. Os computadores, os mais diversos instrumentos tecnológicos são importantes, mas o essencial é o bom professor. Além de um mestre bem qualificado e valorizado, é preciso que o Brasil estabeleça metas a curto, médio e, principalmente, a longo prazo. Precisa também ter uma política padronizada de educação, a fim de que os responsáveis, sejam os municípios, os estados ou a própria união, tenham um plano unificado voltado à qualidade.

Isso não se faz do dia para a noite! É necessária, sim, a união de todas as lideranças do governo federal, estadual e municipal e tem início na educação infantil e no ensino fundamental e médio, sendo que este último é um sério problema no Brasil. E volto a dizer: enquanto não tivermos qualidade na educação, dificilmente o Brasil subirá no ranking dos países desenvolvidos, pois o instrumento necessário para que isso aconteça está no conhecimento, na educação.

É importante que esse tema não seja apenas lembrado por poucos dias, é preciso que seja constante e permanente esse debate, para que ações façam evoluir a nossa educação. O momento é

oportuno, estamos em época de eleições municipais, mas é preciso que, como eu disse, além dos municípios, também o estado e a união façam educação de qualidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado! Parabéns por sua explanação porque Santa Catarina precisa muito melhorar a qualidade da sua educação.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Na ausência de representantes desse partido, passaríamos à Ordem do Dia. No entanto, como não há matéria a ser deliberada, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na sua ausência, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, é uma satisfação poder retornar à tribuna da Assembleia Legislativa no reinício das nossas atividades, para registrar um pouco da nossa caminhada, em especial aquela relacionada aos investimentos do governo do estado de Santa Catarina em diferentes regiões do estado.

Eu principio parabenizando o governador Raimundo Colombo pelo projeto Pacto por Santa Catarina, ontem apresentado às entidades de classe da região de Blumenau: Acib, CDL, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho de Desenvolvimento da Itoupava Central e Associação de Micro e Pequenas Empresas de Blumenau.

O Pacto por Santa Catarina apresentado ontem, em Blumenau, pelo governador Raimundo Colombo prevê um investimento de R\$ 719 milhões nos próximos meses, numa parceria com o BNDES, cuja contrapartida do estado é de R\$ 108 milhões. Numa primeira etapa será priorizada a implantação do

sistema de prevenção e mitigação de desastres na bacia do rio Itajaí-Açu e ações de prevenção à seca no oeste do estado. Além disso, recursos serão investidos na recuperação de 1.200km de estradas de várias regiões.

Portanto, é uma boa notícia para todos nós, catarinenses, pois esses investimentos trarão desenvolvimento à economia catarinense, em especial à infraestrutura estadual.

Registro, sr. presidente, srs. deputados, a nossa caminhada também ao longo desses últimos dias em algumas ações específicas da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, em especial a concorrida audiência pública que tivemos no município de Morro da Fumaça, com a presença de mais de 300 estudantes do ensino médio. Na oportunidade pudemos ouvir a comunidade estudantil da região e também as autoridades locais: Promotoria de Justiça, Polícia Militar, Polícia Civil. Foi um debate enriquecedor e contribuiu muito para as propostas da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Por falar nisso, em nosso contato com o governador Raimundo Colombo na última semana, mais uma vez sua excelência ratificou sua disposição de encampar essa ação, chamando as secretarias da Saúde, da Justiça e Cidadania, de Assistência Social, Trabalho e Habitação e de Segurança Pública para irmos adiante viabilizarmos o projeto de financiamento público de vagas em comunidades terapêuticas.

Vamos aguardar as próximas tratativas, comandadas agora pelo secretário João José Cândido, que a pedido do sr. governador coordenará toda essa ação, a fim de que, a partir de janeiro de 2013, possamos iniciar os primeiros contratos entre o governo do estado e as organizações não-governamentais, visando criar até mil vagas financiadas pelo governo estadual em mais de 100 comunidades terapêuticas espalhadas pelo território catarinense.

Lamentavelmente, não obstante a nossa luta, a nossa batalha com relação ao combate e à prevenção do uso de drogas, acompanhamos, deputado Jailson

Lima, notícias como esta: "Juiz autoriza o Instituto da Maconha em Santa Catarina." Isso é lamentável que um magistrado tenha deferido o pedido de um grupo de universitários de Santa Catarina que solicitou ao cartório o direito de operar como entidade social. Isso não traz absolutamente nenhum benefício para Santa Catarina, muito menos para a nossa população, sobretudo para os nossos jovens e adolescentes. Como disse o editorial do *Diário Catarinense*, há o risco da flexibilização no que diz respeito à questão das drogas no Brasil, pois "[...]a proposta sugere que a posse de entorpecentes para uso próprio por até 10 dias, assim como o plantio para uso individual, se tornem infrações administrativas e não crime, como prevê a legislação atual."

Nós somos contra uma proposta que, infelizmente, já foi aprovada por um grupo de juristas do Senado Federal e que vai passar a tramitar: se o usuário for pego com uma quantidade de droga que represente apenas, segundo a sua justificativa, o seu próprio consumo de até dez dias, isso não se traduzirá em crime.

Infelizmente, temos aí a proposta de um candidato a vereador pelo PSDB da capital - eu até omito o seu nome porque não merece ser citado - que tem como proposta maior a liberação da maconha. Este é o título que está no seu "santinho", que de santo não tem nada, eu diria que é "diabinho".

Está aí, infelizmente, a propaganda de quem defende a liberação da maconha, esquecendo-se de que ela é a porta de entrada para as drogas pesadas, em especial para o *crack*, que vicia já nas primeiras experimentações, transformando seus usuários em verdadeiros zumbis, arruinados física e mentalmente, provocando a desagregação de suas famílias e fomentando o crime no estado, no país e no mundo.

Mas vamos falar de coisas boas. Gostaríamos, srs. deputados, de colocar à disposição de v.exas. - e depois estarei entregando com muito carinho a última obra que lançamos recentemente: *Percursos*

do *Processo Educativo* - uma proposta que tenta avaliar o cenário da educação no Brasil de forma histórica, buscando analisar a questão dos pais, dos profissionais, pois, de forma geral, todos somos educadores, desde a dona de casa, passando pelo professor e até o parlamentar.

Escrevemos esse livro buscando sinalizar algumas ferramentas de aprendizado, lembrando sempre, como dizia Sócrates, que se a vida não foi mudada, a lição não foi ensinada. Esta é a proposta que trazemos nesse pequeno livro, os percursos do processo educativo, as pegadas históricas da educação, os métodos pedagógicos, os avanços e descaminhos da educação, as tendências contemporâneas, buscando também traçar um perfil de um educador eficaz, desde o domínio do conteúdo, ao entusiasmo com aquilo que ensina, à criatividade do método, à valorização das potencialidades do educando, ao planejamento das diferentes etapas do ensino e, sobretudo, à capacidade para instruir com o próprio estilo de vida.

Essa é a proposta que condensamos em poucas páginas nesse livro publicado pela Editora Nova Letra: *Percursos do Projeto Educativo*, que com muito carinho faremos chegar às mãos dos srs. deputados.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o Sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários, primeiramente quero ressaltar a importância que tem o Ministério Público. Nesta Casa salientamos em todos os momentos a importância que têm tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Justiça. No entanto, há o questionamento de que alguns órgãos ainda não têm o portal da transparência e que alguns usaram de subterfúgios para não deixar claro ao povo catarinense para que serve esse portal.

Então, fica aqui o nosso registro de indignação.

Outra questão abordada por nós diversas vezes foi o chamado "mistério" Público do Tribunal de Contas do Estado, aquele Ministério Público existente lá, que é uma excrescência pública. Foi feita uma auditoria e nos foi negada a informação do relatório do Tribunal de Contas, que estamos requerendo como deputado, judicialmente, onde há as mazelas do sr. Márcio Rosa.

Estou dizendo isso porque o procurador daquele Ministério, no dia 8 de agosto, foi nomeado pelo governador como procurador-geral do Ministério Público, sendo um procurador da Procuradoria da Fazenda. No dia 17 de setembro tomará posse, mas já tomou algumas ações: instalou o ponto eletrônico com cartão-ponto. Parabens-o, porque agora vai ter que mostrar que trabalha, pois terá que aparecer no serviço. Mas isso nem sempre se resolve, porque aqui há muitas pessoas apertando o dedo e não aparecendo, como mostrou a imprensa outro dia.

Então, o deputado Dirceu Dresch e eu estamos encaminhando uma carta ao presidente do Tribunal de Contas solicitando o seguinte:

(Passa a ler.)

"Senhor presidente,

O Tribunal de Contas é órgão que atua no auxílio da Assembleia Legislativa" (parece que nem sempre eles sabem disso lá)." O controle externo exercido pelo Poder Legislativo será, por isso, tão aprimorado quanto for a atuação da Corte de Contas. Junto ao Tribunal atua o Ministério Público Especial, cuja atuação influencia diretamente as decisões relacionadas ao controle externo.

Considerando o noticiado pela imprensa de que o procurador-geral nomeado neste ano pelo governador do estado não é membro daquele Ministério Público, mas procurador da Fazenda, ou seja, profissional que atua na defesa dos interesses exclusivos da Fazenda e não nos interesses da sociedade, mantendo relação de

subordinação ao chefe do Poder Executivo estadual (art. 1º, Lei n. 5660/79);

Considerando que a relação de subordinação ao Governador é incompatível com a independência funcional que deve nortear a atuação dos membros do Ministério Público;

Considerando também que o referido procurador nunca se submeteu a concurso público, nem mesmo para o cargo de procurador da Fazenda;

Considerando que a Constituição Brasileira ordena que o ingresso nas carreiras do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos (art. 129, § 3º);

Considerando que as funções do cargo para o qual foi nomeado o procurador agora conduzido ao cargo de procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas são distintas daquelas que devem ser exercidas por aquele Ministério Público;

Considerando que há membros do Ministério Público Especial que atendem aos requisitos da Constituição;

Considerando que cabe a vossa excelência coordenar os serviços das sessões plenárias do Tribunal de Contas, onde são deliberados os processos de controle externo da Corte;

Os deputados infra firmados vêm respeitosamente perante vossa excelência requerer que nas sessões do Tribunal de Contas atue exclusivamente procurador que atenda aos requisitos constitucionais para o cargo, sendo vedada, conseqüentemente, a atuação do senhor Márcio de Sousa Rosa.

Aproveitando para reiterar votos de apreço e consideração,

Atenciosamente,

(a) Jailson Lima

(a) Dirceu Dresch" [sic]

Sr. presidente, estou falando isso porque a Constituição é para ser cumprida, não é para fazer de conta, assim como o salário tem teto constitucional e é para ser cumprido, e esta Casa está cumprindo.

É com esse intuito que estamos encaminhando esse documento ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, até mesmo para que nós, deputado Dirceu Dresch, cumpramos o nosso papel. Porque, logicamente, depois das eleições, não tenham dúvida, estaremos com a cópia da auditoria do Tribunal de Contas naquele "mistério" Público, que não é nenhum mar de rosas, muito pelo contrário, tem muito que explicar para o povo catarinense.

Não entendo como o governador, uma figura tão democrática, não vê esse ato como inconstitucional, não vê tamanha excrescência pública.

Nós, como deputados, parecemos garotos de recados, pois nem nos respeitam, não respeitam um documento aprovado em plenário pela maioria deste Parlamento. Então, logicamente, que esse embate vai continuar. E nós, com muita transparência, em breve teremos um parecer do Supremo sobre essa questão. Porque aí, finalmente, acho que eles vão convencer-se do debate que realizamos nesta Casa.

No mais, quero aqui fazer uma ponderação sobre um artigo escrito esta semana por Fernando Henrique Cardoso, deputado Neodi Saretta, falando da pesada herança que a presidente Dilma Rousseff recebeu do presidente Lula.

Logicamente, temos que cumprimentar a nossa presidente, deputado Dirceu Dresch, que ontem deu uma resposta à altura, dizendo que feliz de um presidente que recebe um país que não tem mais intervenção do Fundo Monetário Internacional; feliz de um presidente que recebe um país gerando mais de dez milhões de empregos com carteira assinada; feliz de um presidente que recebe um país cujo presidente anterior coloca na classe média 40 milhões de brasileiros!

Portanto, a nossa presidente Dilma Rousseff fez uma defesa enfática do governo do presidente Lula, mostrando claramente os caminhos que este país tomou, pois até o ex-presidente Bill Clinton veio ao Brasil na semana passada para dar uma palestra aos empresários e falou do brilhantismo econômico e da condição em que este país se encontra perante a comunidade internacional.

Por isso, parabenizo novamente a nossa presidente Dilma Rousseff, uma presidente que no estado de Santa Catarina tem índice de aprovação superior à do nosso governador.

No mais, o nosso embate continua e um abraço ao sr. Márcio Rosa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, concedemos a palavra ao deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saúdo o sr. deputado Reno Caramori, que neste momento preside esta sessão; cumprimento todos os deputados e deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, bem como toda a equipe de colaboradores desta Casa.

Quero, deputado Jailson Lima, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela fala e dizer que não vamos parar de exercer o nosso direito de fiscalizar e de acompanhar as entidades públicas, principalmente, neste momento, o Ministério Público, que v.exa. chama de mistério público, junto ao Tribunal de Contas.

Mas quero, sr. presidente, nesta manhã, trazer a esta Casa informações sobre o grande ato ocorrido na última sexta-feira, no extremo oeste de Santa Catarina, mais precisamente em São Miguel d'Oeste, que contou com a presença de inúmeras lideranças, inclusive a nossa ministra Ideli Salvatti e o superintendente estadual do DNIT, João José, destinado à assinatura dos editais de licitação das obras de duplicação das seguintes BRs: 163, 282, 280, 470, 153 e 158, num total de 1,3 mil quilômetros.

Esses editais de licitação são muito importantes para Santa Catarina, para o desenvolvimento do nosso estado, para a melhoria da segurança e, principalmente, para a melhoria

das condições de acesso aos municípios, principalmente os trevos de acesso às cidades de Guarujá do Sul, Guaraciaba, São José dos Cedros, Dionísio Cerqueira e São Miguel d'Oeste. Então, essas obras são as primeiras obras licitadas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), através do DNIT de Santa Catarina.

O RDC tem como objetivo ampliar a eficiência nas contratações e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custo/benefício, incentivar a inovação tecnológica, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

O lançamento dos editais de licitação aconteceu no dia 31 de agosto, às 15h, no CTG Porteira Aberta, de São Miguel d'Oeste. Trata-se das seguintes obras:

✓ Duplicação da BR-163, de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, com 62km, num valor estimado de R\$ 194,2 milhões, e

✓ Restauração e estruturação da pista e acostamento - Crema etapa 2, numa extensão de 1.275km, com valor estimado de R\$ 692 milhões.

Descrição dos lotes a serem licitados:

✓ Lote 1, BR-282, com 214,5km, e BR-116: R\$ 3 milhões;

✓ Lote 2, BR-280, com 155,1km: R\$ 100 milhões;

✓ Lote 3, BR-470, com 305,4km: R\$ 149,7 milhões;

✓ Lote 4, BR-153, BR-282, BR-470, com 297km: R\$ 167,5 milhões;

✓ Lote 5, BR-282, BR-158, BR-163, com 303,5km: R\$ 158,7 milhões.

As BRs do nosso estado estão todas em bom estado, muitas delas em ótimo estado, como nunca estiveram. Mas vamos trabalhar muito para que logo se conclua todo o processo do repasse da BR-280, no trecho Porto União/Canoinhas, que precisa ser reestruturado. Está sendo ultimado o repasse para o DNIT desse trajeto, que se encontra numa

situação bastante crítica, porque estava nas mãos do estado de Santa Catarina.

Além disso, vamos continuar nossa luta na questão das ferrovias, que é outra grande demanda que o estado tem. Inclusive, a presidente Dilma Rousseff lançou, dias atrás, o projeto de ligação do estado do Mato Grosso à cidade de Mafra e também de Mafra ao Rio Grande do Sul, o que, com certeza, beneficiará muito o nosso estado.

Também temos outros desafios pela frente. Amanhã acontece em Brasília um seminário sobre as ferrovias do país e felizmente está havendo grandes investimentos em infraestrutura, pois nosso modal de transporte estava totalmente abandonado, sucateado. Mas o presidente Lula e agora a presidente Dilma Rousseff deram especial atenção ao setor, pois essa é uma das principais reclamações da nossa população.

Os investimentos estão acontecendo dentro do possível, dentro das condições do nosso país, dentro das condições do estado, mas também está-se buscando apoio da iniciativa privada para fazer as grandes obras tão necessárias para alavancar o nosso desenvolvimento. E aí não se fala somente em ferrovias e rodovias, mas também em portos, em transporte aéreo, em transporte marítimo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, gostaria de utilizar este espaço para falar de importante evento de que participei na semana passada, em função da sua importância e também como forma de prestar contas à população.

Estivemos participando do Congresso Brasileiro de Prevenção às DSTs e a Aids, um congresso sobre saúde, que envolveu diversos eventos e que teve o seguinte tema: Sistemas de Saúde e Redes Comunitárias.

O evento foi promovido por diversas entidades, como o ministério da Saúde, as secretarias de estado da Saúde, as entidades da sociedade civil, o Unicef, etc. O grande enfoque foram ações na área da prevenção e houve uma série de conferências paralelas, que realizaram debates dos quais participaram os principais atores envolvidos com a saúde no Brasil, na América Latina e no Caribe, já que um dos componentes era o Fórum Comunitário Latino Americano e Caribe em HIV, Aids e DST. Ocorreu também o Congresso Brasileiro de Prevenção das Hepatites Virais, de Prevenção às DSTs.

Tivemos a oportunidade de contar com a participação de representantes de segmentos de todas as esferas de governo. Houve, inclusive, alguns anúncios importantes, como o do governo federal informando que até o final do ano vai incorporar na rede básica de saúde a vacina para a hepatite A, que é uma questão da qual a saúde pública depende muito. Esse investimento está sendo feito agora em áreas de saneamento básico para evitar a proliferação da doença, pois o governo pretende, até o final do ano, incorporar a vacina para a hepatite A também na rede pública do SUS, que teve, em janeiro de 2011, ampliada a faixa de idade da vacina para a hepatite B de 20 para 24 anos, sendo depois ampliada, em janeiro deste ano, para 29 anos.

Entendemos que no caso da hepatite B temos que caminhar para possibilitar a vacina para todas as faixas de idade, porque ficou demonstrado, mais uma vez, e todos os debates focaram isto, que a prevenção é o melhor caminho para evitar maiores problemas na área da saúde.

Foi um painel importante porque uma das grandes questões são exatamente os custos da quebra de patentes, da produção no mercado nacional. Enfim, foi um tema importante que mobilizou muitas pessoas. E quero destacar justamente a grande representatividade do evento, dizer da importância da participação e reforçar a minha convicção de que devemos atuar muito na divulgação de ações preventivas. Nós, como

parlamentares, temos que ter esse tema presente. Eu mesmo apresentei projetos de lei na área de tratamento das hepatites virais.

Santa Catarina é um estado que nos preocupa pela alta incidência de hepatites. No caso da região oeste, é a hepatite B, que hoje está em níveis equiparáveis aos da Amazônia. Já no litoral há uma alta incidência de hepatite C e de outras DSTs que preocupam os governos. Acho que temos que atuar com mais firmeza na área da prevenção, da divulgação dos riscos, com ações que possam melhorar a vida dos catarinenses e brasileiros.

Também tive oportunidade de ver experiências do esforço que alguns municípios fazem para levar informação à população. Acompanhamos algumas experiências, tomamos conhecimento de alguns projetos de lei, de algumas leis de estados que tratam desse tema.

Entendo que foi importante e proveitosa a nossa participação e espero retribuir com ações neste Parlamento e em eventos. Houve grandes discussões a respeito dos investimentos que os governos devem fazer em saúde. É urgente e necessário que haja mais recursos, principalmente voltados para a prevenção, para as campanhas de vacinação, sem esquecer, é claro, a área curativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, prezados amigos catarinenses, certamente muitos assistiram, no domingo à noite, ao programa *Fantástico*, do qual destaco uma reportagem sobre as clínicas, sobre os hospitais privados que prestam atendimento ao SUS, prática seguramente condenada por todos os brasileiros, pois é uma forma de desviar recursos do SUS através de atos ilícitos.

Quero destacar que em Santa Catarina grande parte dos atendimentos médico-hospitalares é feita

por hospitais da rede privada, por hospitais ditos filantrópicos. Temos aproximadamente 200 hospitais que fazem atendimento pelo SUS. Se cada um de nós analisar os hospitais da sua região, verá que cada um deles todo mês solicita recursos à prefeitura local, Há prefeituras, inclusive, que já fazem regularmente a transferência de R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil por mês e mesmo assim os hospitais estão no vermelho.

E isso acontece, srs. deputados, no meu hospital, o Azambuja, um hospital centenário, que possui profissionais com nível técnico equivalente aos da nossa capital, mas que tem um déficit mensal que ultrapassa R\$ 250 mil. E como o padre vai buscar R\$ 250 mil? Vai pedir ao prefeito, à comunidade, através da rádio, vendendo rifas, fazendo a Festa de Azambuja, ou seja, arruma uma porção de maneiras para conseguir os recursos necessários à manutenção das portas do hospital abertas à população, porque a cidade não pode, de maneira nenhuma, abrir mão desse atendimento.

A verdade, sr. presidente, é que os hospitais teriam que receber, no mínimo, recursos suficientes para cobrir os custos, não importa se o paciente está na UTI ou fazendo tratamento clínico. Aliás, há um grande número de procedimentos considerados de urgência e emergência que são muito mais caros do que aqueles com diagnóstico, os chamados procedimentos eletivos. Mas a grande maioria desses hospitais filantrópicos atende apenas os casos de urgência e emergência e, assim, as contas ficam em aberto. Ou seja, o paciente dá entrada no hospital com uma dor abdominal que pode não ser nada de muito sério ou permanecer 15 dias internado na UTI e receber, três ou quatro meses depois, uma conta no valor de R\$ 300,00 por aquela internação, valor de uma AIH.

Ora, a grande maioria dos hospitais recorre às rifas, aos jantares beneficentes, lança campanhas, pedágios na cidade para complementar os recursos mensais, ainda mais quando se aproximar o fim do ano, sr. presidente, quando, com certeza, vou ter que comprar uns três blocos de rifa de três hospitais da minha cidade que prestam

extraordinários serviços e que apenas sobrevivem graças à benevolência das pessoas. Por que eles fazem as rifas? Porque eles não querem recorrer àquilo que algumas clínicas, alguns hospitais do Brasil fazem maçicamente e que virou alvo de notícias no *Fantástico*, que são as chamadas internações fantasmas: o hospital não consegue pagar as despesas nem comover a sociedade para fazer jantares, rifas, pedágios para buscar recursos e a única forma encontrada é fazer internações fantasmas para buscar recursos junto ao SUS, ato que abominamos, mas que deve merecer a reflexão de todos.

Ouvimos hoje pelo menos três ou quatro deputados fazendo pronunciamentos sobre a necessidade de maiores investimentos na saúde e que o governo federal deveria aplicar de 10% da sua arrecadação na área.

Quando fui deputado federal - e vejam que faz tempo, deixei de ser deputado em 2004 - busquei junto à assessoria legislativa da Câmara dos Deputados a análise da lei do SUS. Naquela época todos os secretários nacionais e municipais de Saúde do Brasil entendiam, juntamente com os prefeitos e até os governadores, que a tabela do SUS era imexível, que o procedimento realizado pelo SUS somente podia ser pago pelo governo federal por aquele valor.

Então, justamente busquei na assessoria legislativa um parecer dizendo que o SUS paga R\$ 300,00 pela AIH agora, mas não impede que o prefeito pague mais R\$ 200,00 e que o governo do estado pague mais R\$ 200,00, R\$ 300,00 ou R\$ 500,00, como, inclusive, está fazendo agora. O secretário da Saúde anunciou hoje pela manhã que, por autorização do governador Raimundo Colombo, agora os procedimentos eletivos em urologia, ortopedia, ginecologia e vários tipos de cirurgias eletivas que até agora não estavam acontecendo por várias razões, mas uma delas é justamente a remuneração aviltante do SUS, que é um valor muito pequeno, haverá uma complementação da tabela. Além daquele valor da AIH pago pelo governo federal, o governo do estado vai pagar mais R\$ 500,00

justamente para estimular os hospitais e os profissionais.

Então, essa decisão de pagar mais R\$ 500,00 por esses procedimentos eletivos é uma forma de estimular tanto os hospitais quanto os profissionais da saúde a atenderem esses pacientes. A grande maioria não fez o seu procedimento por falta de recursos, porque eles não têm como pagar. E tanto os hospitais como os profissionais, por recursos aviltantes que estavam sendo pagos, não tinham estímulo para realizar esses procedimentos.

Parabéns ao governador e ao secretário que tomaram a iniciativa de melhorar o bônus para essas cirurgias eletivas. Espero que no futuro isso passe a ser uma prática em que o procedimento pelo SUS possa ser pago pela união, pelo estado e pelos municípios, para assim melhorar o atendimento a toda população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.